

## DOSSIÊ

### EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INCERTEZAS

#### Proponentes

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

Este dossiê é formado por oito artigos submetidos para apresentação na III Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação (III Jorneduc), realizada entre 04 e 06 de setembro de 2018, em Brasília-DF, cujo lema era “Educação em tempos de incertezas”. Os trabalhos que compõem este dossiê foram selecionados entre os aprovados para publicação nos anais do evento. Os dois melhores trabalhos, segundo avaliação dos coordenadores dos quatro eixos temáticos (Políticas públicas educacionais; Educação e trabalho; Educação, uso das tecnologias e sociedade do conhecimento; e, Educação e diversidade), compõem esta coletânea. Com isso, apresentamos um recorte da Jornada de modo a contemplar a diversidade de temas e a qualidade das reflexões e dos diálogos realizados sobre inclusão, sobre evasão, sobre os desafios da escola e do docente, bem como sobre o papel de cada um deles para a melhoria da educação brasileira, num contexto social, político e econômico de profundas incertezas.

- **IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC): INCLUSÃO EXCLUDENTE**  
Italan Carneiro
- **ESTUDO DAS RAZÕES DA PERSISTÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CAMPUS SÃO SEBASTIÃO**  
Ana Luisa Knop Henriques Modesto, Claudio Nei Nascimento da Silva
- **INTEGRAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: NOVOS DESAFIOS PARA O DISTRITO FEDERAL**  
Cláudio Hiroshi Nakata
- **IDENTIDADE DOCENTE DOS PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB**  
Eder Alonso Castro, Walter Guarnier Lima Júnior
- **O ALUNO E O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO TECNOLÓGICO CONTEMPORÂNEO**  
Luiz Henrique Rezende Lourenço, Gabriela Maciel Carneiro
- **TRANSVALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE – URGÊNCIAS EM TEMPOS DE IMERSÃO TECNOLÓGICA**  
Diogo Canhadas
- **A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES ÉTNICAS**  
Elaine Caldeira, George Lauro Ribeiro de Brito
- **ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO: APRENDIZAGEM DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA PELOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS TAGUATINGA – IFB**  
Girlane Maria Ferreira Florindo, Suellen Neto Pires Maciel

## EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

### Autores | Authors

ELAINE CALDEIRA\*

elaine.caldeira@ifb.edu.br

GEORGE L. R. BRITO\*\*

gbrito@uft.edu.br

### EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR NO FORTALECIMENTO DE IDENTIDADES ÉTNICAS

#### *EDUCATION IN DIVERSITY: THE IMPORTANCE OF SCHOOL SPACE IN THE STRENGTHENING OF ETHNIC IDENTITIES*

**Resumo:** É preciso refletir sobre educar *na* diversidade, pois ensinar (e aprender junto com) os estudantes índios e não índios a conviver uns com os outros diariamente, respeitando as diferenças físicas, sociais e culturais, difere do que se vivenciava quando se tinha o índio estudando predominantemente na aldeia. Para tanto, em primeiro lugar, firmados no aparato teórico-metodológico interdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; 2003), apresentamos uma breve revisão de literatura e uma análise da conjuntura em que se inserem os Xerente no município de Tocantínia-TO, e uma reflexão sobre algumas possíveis formas de combater práticas sociais e discursivas que visam assegurar a construção de uma identidade legitimadora que ofusca, nega e apaga as diferenças. Em segundo lugar, refletimos sobre a importância da escola como um ambiente propício para o fortalecimento de valores, como o respeito à pluralidade cultural, a convivência na diversidade, a inclusão, o combate a intolerância e ao preconceito, entre outros. Nesse novo contexto, a escola, a partir do contato com o não indígena, passa a ser o local para trazer à tona, em um espaço multicultural, a imperativa reflexão sobre alteridade, identidade, diferença, exclusão, aceitação, o que é fundamental para desvelar discursos pretensamente “universais” que silenciam e “engessam” identidades diversificadas, e também para desconstruir estereótipos que mascaram a “não aceitação da diferença”, para, por conseguinte, conquistar a cidadania multicultural.

**Palavras-chave:** educação; diversidade; Xerente; identidade; escola.

**Abstract:** *It is necessary to reflect on educating in diversity, since by teaching (and learning together with) indigenous people and non-indigenous students to live with each other daily, respecting the physical, social and cultural differences, differs from what was experienced when the indigenous people were studying predominantly in the village. For this purpose, using the interdisciplinary theoretical and methodological apparatus of the Critical Discourse Analysis (ADC) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001), we present a brief analysis of the conjuncture in which the Xerente are located in the municipality of Tocantínia-TO and a reflection about possible ways of combating social and discursive practices of a legitimating identity that obfuscates, denies and erases the differences. And secondly, we reflect on the importance of the school as a propitious environment for the strengthening of values such as respect for cultural plurality, coexistence in diversity, inclusion, combating intolerance and prejudice, among others. In this new context, the school, from the contact with the non-indigenous, becomes the place, in a multicultural space, to raise imperative reflec-*

### DOSSIÊ

#### Educação em tempos de incertezas

##### Proponentes

Prof. Dr. Claudio Nei Nascimento da Silva

Prof. Dr. André Luiz Ferreira De Oliveira

Aceito em: 5/10/2018

Recebido em: 10/08/2018

*tions on otherness, identity, difference, exclusion and acceptance: it is fundamental to unveil allegedly universal speeches that silence and conceal diversified identities as well as to deconstruct stereotypes that mask the non-acceptance of difference, and thus conquer multicultural citizenship.*

**Keywords:** *education; diversity; Xerente; identity; school.*

## INTRODUÇÃO

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras [do Brasil] poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. As únicas exceções são algumas microetnias tribais que sobreviveram como ilhas, cercadas pela população brasileira .

(Darcy Ribeiro)

Pensando nas palavras do antropólogo Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro, percebemos que a condição de viver como ilhas, imposta a microetnias tribais para a conservação de identidade(s) étnica(s), ainda é atual. Essa condição revela que “o projeto de uma ‘unidade nacional’ resultou e ainda resulta de um processo continuado e violento de unificação política e cultural, logrado, ‘muitas vezes’, mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante” (RIBEIRO, 1997, p. 20). É como se as aldeias, como ilhas, estivessem estanques – pelo seu afastamento cultural, social, político e econômico – do padrão estabelecido pela ordem colonial e, por isso, para além das fronteiras da civilização (separadas por troncos fincados para sustentar essa fronteira), visãõ essa que fundamenta e prolifera, até hoje, a dicotomia “selvagens” (navegantes índios) e “civilizados” (navegantes não índios).

Todavia, como “todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento” (BAUMAN, 1999, p. 8), o desfacelamento da divisa dessa fronteira simbólica entre os ditos “selvagens” e “civilizados” é inevitável no mundo pós-moderno em que velhas barreiras já não se sustentam mais (corroídas pelas águas), pois estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a mobilida-

de não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. As aldeias dos Xerente, tidas até então como “ilhas fluviais isoladas”, agora “fundem-se” com o restante do território. Não há como tratá-las mais, embora de fato nunca tenham de todo sido como “ilhas isoladas”. O movimento de deslocamento, cada vez mais intensificado, dos Xerente para a cidade, revela que não há “microetnias tribais que sobrevivem como ilhas cercadas pela população brasileira” no líquido mundo moderno. Todos são população brasileira (nova realidade liquefeita da cidade). E, no entanto, os efeitos dessa nova condição tendem a ser radicalmente desiguais. E as identidades, portanto, não podem mais ser abordadas sem a consideração da diferença em um processo de constituição instável e sempre aberto a novas possibilidades de (re)significações de novas formas de conhecimento, cultura, símbolos e identidades.

Surgem, nessa nova conjuntura, oportunidades para se vivenciar não somente a educação para a diversidade mas também na diversidade. O desafio agora é educar na diversidade, promovendo o respeito e a admiração pelo que é diferente no mesmo ambiente escolar. Isto é, novas possibilidades para se devolver uma relação respeitosa para com o Outro no exercício da convivência diária com as diferenças. É preciso refletir sobre educar na diversidade, pois ensinar e aprender junto com os estudantes índios e não índios a conviver uns com os outros diariamente, respeitando as diferenças físicas, sociais e culturais, difere do que se vivenciava quando se tinha o índio estudando, predominantemente, na aldeia.

Para tanto, firmados no arcabouço teórico-metodológico interdisciplinar da Análise de Discurso Crítica (ADC), apresentamos uma análise da conjuntura em que se inserem os Xerente em Tocantínia-TO e uma reflexão sobre algumas possíveis formas de combater práticas sociais e discursivas excludentes. A ADC – enquanto teoria e método – representa uma alternativa transdisciplinar de estudos da linguagem e de práticas sociais que investiga fenômenos discursivos diversos, especialmente em relação a questões de poder, ideologia, hegemonia e constituição de identidades, trazendo no bojo de sua concepção uma postura emancipatória que se empenha para tentar produzir transformações sociais.

Com base nisso, Fairclough e Chouliaraki (1999) e Fairclough (2003) ressaltam a importância e a necessidade do diálogo entre a ADC e as Ciências Sociais Críticas, para revelar como discursos diferem em como os elementos de eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, ocorrências, lugares) são representados. Baseado na crítica explanatória do realismo crítico, esse

arcabouço tem como objetivo refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. Desse modo, os autores propõem que a reflexão sobre a mudança social em uma determinada localidade, por exemplo, tenha como primeira etapa a percepção de um problema; como segunda etapa, a verificação dos obstáculos para que o problema seja superado; como terceira etapa, a função do problema na prática; como quarta etapa, os possíveis modos de ultrapassar os obstáculos; e, como quinta etapa, a reflexão sobre análise.

Na primeira e segunda etapas, é necessário verificar os elementos da prática social que sustentam o problema. Essa verificação se dá a partir de três focos correlacionados: análise da conjuntura (da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre), análise da prática particular (com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e outros momentos) e análise da semiose (em que textos são vistos como forma de agir, representar e identificar na prática social). Na análise da conjuntura, não há análise de dados coletados ou gerados, mas um olhar para práticas sociais associadas ao problema em estudo.

Neste trabalho, realizaremos apenas a análise da conjuntura por meio de uma revisão de literatura para apresentar um breve histórico do povo Xerente (sua origem, história e cultura), uma análise dos processos conjunturais e estruturantes envolvidos no evento da migração e a importância da escola como um ambiente propício para o fortalecimento do respeito à pluralidade cultural e para o combate ao preconceito.

## O POVO XERENTE, SUA ORIGEM, HISTÓRIA E CULTURA

Os Xerente, junto com os Xavante e os Xakriabá, são classificados como Jê Centrais e se localizam no município de Tocantínia (TO), a cerca de 70 km ao norte da capital do estado, Palmas, entre os rios Tocantins e do Sono, nas terras indígenas Xerente e Funil, que somam 183.245,902 hectares (SCHROEDER, 2010, p. 67). Conforme dados do Diagnóstico etnoambiental das terras indígenas Xerente e Funil, realizado pela Opan e Gera/UFMT em 1999, a população Xerente era de 1.850 indivíduos, distribuídos em 34 aldeias e nas cidades de Tocantínia e Miracema do Tocantins. As maiores eram então Porteira (167), Salto (158), Funil (186), Rio do Sono (104) e Brejo Comprido (80), mas a maioria contava com contingentes de 30 a 40 pessoas. Nas cidades de Tocantínia e Miracema, eram 98 e 6 moradores respectiva-

mente, mas essa população estava subestimada; ela cresceu a olhos vistos, sendo Tocantínia hoje seguramente a maior “aldeia”, entre estudantes, aposentados e funcionários das duas associações indígenas e de dois programas de assistência ao povo Xerente. Quanto aos estudantes, consta que em 2004 eram 221 alunos, do 5º ao 8º ano e do ensino médio, muitos deles residindo na cidade (SCHROEDER, 2010, p. 68).

Apesar de os Xerente terem apresentado um crescimento do quantitativo de índios nos últimos anos, relatos dos séculos XIX e XX revelaram as consequências sofridas por esse povo a partir do contato com a população não indígena: conflitos por terra, doenças, falta de assistência governamental, entre outras causas. Muitos indígenas foram dizimados. Como pontua Schroeder (2010, p. 71-73), as doenças e a falta de assistência governamental foram as principais causas de morte e, portanto, responsáveis por essa alteração expressiva do número de Xerente ao longo de décadas. Atualmente, os Xerente apresentam condições de saúde menos precárias, alcançando uma taxa de natalidade próxima dos 4%, bem acima da média nacional (DE PAULA, 1999). Conforme dados divulgados pelo IBGE (2010) e pelo SIA-SI/SESAI (2014), os Xerente possuem uma população estimada em mais de 3.500 pessoas morando em 33 aldeias e em zonas urbanas, principalmente em Tocantínia-TO. São a segunda maior etnia entre os povos indígenas do estado do Tocantins, cuja população de indígenas chega a aproximadamente 10 mil habitantes distribuídos em sete etnias com mais de 82 aldeias presentes em municípios de todas as regiões do estado: Karajá, Xambioá, Javaé, Krahô Canela, Apinajê e Pankararú.

A primeira área demarcada, chamada de Terra Indígena Xerente, tem 167.542 hectares e lá estão instalados quatro postos da Funai, que, por causa das deficiências orçamentárias, têm sido esvaziados de muitas de suas funções, enquanto os Xerente passam a exercer sua própria agencialidade nas situações que envolvem relações com os regionais ou instituições para além da Funai. Na segunda área, chamada de Funil, com 15.704 hectares, existe apenas um PI, onde foi instalado um posto médico às expensas do Consórcio Lajeado-INVESTCO, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica LEM-Lajeado (OLIVEIRA-REIS, 2001). Pela centralidade ocupada no mapa do estado do Tocantins, próxima à capital do estado e em uma região central do estado cortada por rios e serras, podemos ver como as terras de Xerente no Município de Tocantínia-TO ocupam uma posição estratégica que desperta o interesse de investidores.

O desdobramento social e cultural a partir dessa aceitação culminou num processo de reafirmação das

identidades étnicas, articulado no plano estratégico pan-indígena, por meio da aceitação da denominação genérica de índios ou indígenas, o que propiciou o resgate da autoestima dos povos indígenas, perdida ao longo dos séculos de dominação e escravidão colonial. Como defende Luciano-Baniwa (2006, p. 33), o índio de hoje é cheio de orgulho de ser índio, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular, o que não significa que todos os índios sejam iguais e nem tão pouco semelhantes, mas que compartilham de interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. O processo migratório dos Xerente para a zona urbana tem colocado em evidência a necessidade de assegurar os direitos coletivos e a importância do espaço escolar como uma das arenas centrais para o combate da desigualdade.

### **MIGRAÇÃO XERENTE: PROCESSOS CONJUNTURAIS E ESTRUTURANTES**

O processo migratório dos índios Xerente para a zona urbana, intensificado na última década, é causado por transformações globais e locais no campo político, econômico e social provenientes do fenômeno da globalização. Uma dessas mudanças foi a criação de Palmas, capital do Estado do Tocantins, a apenas 90km das terras indígenas Xerente. Essa criação desencadeou uma euforia provenientes de projetos desenvolvimentistas incidentes, direta ou indiretamente, sobre a comunidade Xerente: construção de usinas hidrelétricas e de pontes, criação de áreas para plantio de lavouras de soja, entre outras. Essa integração, intensificada pelo contato interétnico, provoca mudanças culturais e identitárias, como no uso cotidiano da língua materna Xerente: as crianças, que até os oito anos de idade falavam “somente ou predominantemente” a língua materna no ambiente familiar e intertribal, passam a usar, cada vez mais cedo, também a Língua Portuguesa. Além dessa mudança no uso da língua, esse contato ensejou novas mudanças na comunidade indígena, como, por exemplo, a transformação da percepção sobre a necessidade, o desejo e o consumo; o trabalho e o bem-estar; a educação e o futuro; os relacionamentos familiares e os pessoais.

Nessa conjuntura, uma das obras que mais acelerou a migração dos Xerente para a cidade foi a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE) ou Usina Hidrelétrica do Lajeado, segunda hidrelétrica após a da Serra da Mesa, construída próxima das aldeias Xerente no período entre 1998 a 2002. A construção da

UHE prejudicou o sistema de roças de vazante, a fauna e a flora local, o volume hídrico de escoamento e causou a contaminação do Rio Tocantins por dejetos, acarretando a morte de peixes e animais. Com o intuito de “amenizar” o impacto causado, foi instituído o projeto denominado de Programa de Compensação Ambiental Xerente (PROCAMBIX) como forma de compensar os índios que tiveram suas atividades prejudicadas pela construção da usina hidrelétrica. A empresa responsável pela obra se comprometeu com os indígenas no repasse de um valor de R\$ 10 milhões de reais, a serem pagos no decorrer de oito anos. Esse programa, administrado pela Associação Indígena Akwê (Xerente) – AIA, com sede na zona urbana de Tocantínia, colaborou para a intensificação da mudança dos Xerente para a cidade pelo fato de trabalharem na administração da associação (GIRALDIN; SILVA, 2002).

Outro projeto que contribuiu para intensificar o processo migratório Xerente, que serve também para elucidar o impacto da globalização na comunidade, mas com um foco social, foi a (re)construção e (re)estruturação do Centro Educacional Fé e Alegria – Frei Antônio (escola em que desenvolvi minha pesquisa de mestrado), por parte dos Jesuítas, visando atender à comunidade e, principalmente, aos índios da etnia Xerente residentes na região. Em 2000, o Colégio Estadual Frei Antônio passou a fazer parte do Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social por meio de um convênio firmado entre a Secretária de Educação do Estado do Tocantins-SEDUC e a Fundação Fé e Alegria. Após esse convênio, o número de alunos indígenas na escola triplicou. Além desses projetos, outras ações desenvolvimentistas “forçaram” a migração dos Xerentes, como, por exemplo, o PRODECER III (Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado), com aporte financeiro de US\$ 138 milhões de grupos japoneses. Esse projeto tem uma de suas áreas de plantio de soja irrigada justamente na fronteira norte da área indígena Xerente. Dessa maneira, o século XXI vem sendo palco de muitos (re)contornos “globalizantes” da geografia no Brasil, com a construção de obras faraônicas que rasgam, alteram e subvertem o ambiente, o clima e a espacialização de comunidades inteiras.

Assim, a migração não é um fenômeno unicamente individual: alguns grupos movimentaram-se espacialmente em decorrência de fatores políticos, econômicos e ambientais que impactaram e até mesmo inviabilizaram sua permanência nos locais de origem. A mobilidade populacional no contexto dos limites que esses fatores colocam para o conjunto de regiões que possuem uma área de terras pertencentes às reservas indígenas tem reflexos na identidade das comunidades afetadas

por esses projetos. Esse “rompimento das fronteiras da aldeia”, causado pelo processo migratório, coloca em xeque a “homogeneidade de um grupo”, evidenciando a diferença na comunidade e a essencialidade do processo de educar na diversidade (mudam o curso das águas rompendo fronteiras).

### **ROMPIMENTO DAS FRONTEIRAS: EDUCAR NA DIVERSIDADE**

O fenômeno da migração Xerente enaltece, por conseguinte, o processo de definição da identidade e da diferença na comunidade estudada envolvendo disputas entre grupos sociais por recursos materiais e simbólicos da sociedade (SILVA, 2000, p. 83). Participam de encontros, envoltos no processo de (re)territorialização, tanto os índios que chegam ou (re)tornam à cidade, quanto os não índios que ali estão, com a diferença de que acabam por (re)produzir/(re)constituir novas (re)combinações identitárias marcadas pelas distintas formas de contato – por exemplo, entre estudantes índios e não índios. Esses encontros fazem eclodir, em uma era de globalização e mudanças sociais e culturais cada vez mais rápidas, tensões e conflitos étnicos pelo esmaecimento e apagamento das fronteiras que demarcam as diferenças entre as práticas e as visões culturais de índios e não índios (navegação em águas turbulentas).

Como a definição da etnicidade está pautada no reconhecimento, pelos grupos étnicos e demais grupos sociais, de suas diferenças culturais em relação aos outros grupos, o compartilhamento de características culturais gera uma fissura/uma dobra nesse processo de identificação, e o local por excelência para se trabalhar essa fissura é a escola: aprender a olhar a etnicidade, assim como a identidade, como um processo social produzido e reproduzido ao longo do tempo por meio de transformações e mudanças de práticas das tradições culturais. Ou seja, reconhecer que a etnicidade é construída a partir da relação com o Outro (alteridade), sendo a diferença étnica legitimada por aspectos históricos, sociais e políticos; cada grupo étnico elabora um discurso sobre o outro, a partir de sua historicidade e perspectivas. Quando esse discurso sobre o “Outro” se assemelha – em alguns aspectos – ao discurso sobre o “Nós”, ocorre um conflito identitário. Por isso, as práticas de deslocamento são, por conseguinte, constituídas e constituintes de significados identitários, ao possibilitar nos espaços fronteiriços a seleção, (re)apropriação e (re)significação de novos signos culturais (GEERTZ, 1978).

Buscando novos espaços para o exercício da cidadania, ou melhor, um “lugar”, os Xerente (re)definem a

paisagem territorial e, dessa forma, o ambiente escolar urbano nesse novo território. As novas possibilidades de “ser no mundo” globalizado, em um território multicultural, implicam não apenas “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas “um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (HARVEY, 1989, p. 12 apud HALL, 2006, p. 5). Por isso, essas diferentes posições de sujeitos agora “deslocados, fragmentados, cambiantes e híbridos”, sem localização definida, em um território de múltiplos pertencimentos, dão origem, num entre-lugar, a um sujeito que não é nem índio e nem não índio (um sujeito que surge como voz de muitas águas). Um novo sujeito em um terceiro espaço – “a escola”, não caracteristicamente pertencente a um “clã” ou a um determinado grupo.

As práticas discursivas e sociais oriundas desse terceiro espaço perturbam a relevância dada à “eticidade” pelo surgimento dos outros de nós mesmos (nas águas). É por isso que, sendo palco de todas essas transformações, o movimento diaspórico dos Xerente “ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento, revelando o poder fundamental do território para (re)determinar a identidade e importância da reflexão sobre esses processos no espaço escolar. Como o “Outro” agora se mistura com o “Nós”, principalmente no espaço escolar, não apenas em termos de ocupação territorial, mas em todas as formas de organização social, política, econômica e cultural do novo território, enleando dicotomias como colonizado/colonizador, selvagem/civilizado, índio/não índio, as relações sociais estão em constante (re)configuração a partir de mobilizações políticas em torno de uma identidade étnica.

### **CONCLUSÃO**

A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura “conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”, principalmente na escola (BHABHA, 1998, p. 20). O rompimento da fronteira entre a aldeia e a cidade se torna, desse modo, o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante e ambivalente (nasce das águas um novo sujeito híbrido), um sujeito fruto das transformações globais na potencialidade de seus aspectos econômicos, políticos e culturais, um sujeito que precisa ser considerado como um novo protagonista no ambiente escolar.

Assim, nesse novo contexto, a escola, a partir do

contato com o não indígena, passa a ser o local para trazer à tona a imperativa reflexão em um espaço multicultural sobre alteridade, identidade, diferença, exclusão, aceitação: é fundamental para desvelar discursos pretensamente “universais” que silenciam e “engessam” identidades diversificadas e também para desconstruir estereótipos que mascaram a “não aceitação da diferença” e, por conseguinte, para conquistar a cidadania multicultural – espaço de integração plena, de potenciação mútua do reconhecimento, de ruptura da homogeneidade e de proliferação da heterogeneidade. É uma das instituições que pode corroborar com a possibilidade de reconhecimento da diferença, pois reconhecer a diferença é reconhecer que existem indivíduos e grupos que são diferentes entre si, mas que possuem direitos correlatos, e que a convivência em uma sociedade democrática depende da aceitação da ideia de compormos uma totalidade social heterogênea na qual não poderá ocorrer a exclusão de nenhum elemento da totalidade e na qual os conflitos de interesse e de valores deverão ser negociados pacificamente.

Educar na diferença é uma possibilidade, portanto, de formar sujeitos que sejam capazes de articular visões de mundo diversas, articular valores universais com especificidades locais, capazes de olhar para o “outro” para além das diferenças culturais (MORIN, 2001). É uma forma de colocar os índios e não índios em contato entre si, de estabelecer o intercâmbio e propiciar as trocas necessárias em contato com o Outro para (des)construir representações excludentes e fortalecer identidades étnicas.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, H. K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Índio e o Mundo dos Brancos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DE PAULA, L. R. Dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2000.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Trad. I. Ma-

galhães. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978. p. 13-41.

GIRALDIN, O.; SILVA, C. A. Ligando Mundos: Relação entre Xerente e a Sociedade circundante no século XIX. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Antropologia, v. 18, n. 1, p. 43-58, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LUCIANO-BANIWA, G. S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 38-43

MORIN, E. “Por Uma Reforma do Pensamento”. In: PENAVEGA, Alfredo. NASCIMENTO, E. P. (Org.). O Pensar Complexo: Edgar Morin e a Crise da Modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

OLIVEIRA-REIS, F. C. Aspectos do Contato e Formas Socioculturais da Sociedade Akwê-Xerente (Jê). Departamento De Antropologia Da UnB. (Dissertação De Mestrado), 2001.

SCHROEDER, I. Os Xerente: estrutura, história e política. In: Soc. e Cult., Goiânia, v. 13, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2010.

SILVA, T. T. da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## CURRÍCULOS

\* Pós-Doutoranda em Educação no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutora e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPG/UnB, *Lato Sensu* em Linguística e Linguística Aplicada (Ensino de Língua Materna e Estrangeira), Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Tocantins-UFT.

\*\* Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília – UnB, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo-USP, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT.